



# Direito Tributário

## Aula 04

### Impostos em espécie (perfil constitucional)

**André Portella**



# Estrutura do Módulo

1. Visão geral dos impostos do Sistema Tributário Nacional
2. Imposto sobre rendimento
3. Impostos sobre a propriedade
4. Impostos sobre o consumo
5. Impostos sobre a transmissão da propriedade
6. Impostos extraordinários



# Impostos do Sistema Tributário Nacional

	Federal	Estadual e DF	Municipal e DF
Renda	IR		
Propriedade	ITR	IPVA	IPTU
Consumo	IPI, IOF, II, IE,	ICMS	ISS (ISSQN)
Transmissão da propriedade		ITD (ITCMD)	ITIV (ITBI)
Extraordinários	IEG, IGF, Imposto Residual		



# Imposto de Renda

**\* Fato gerador: aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica**

**a) Renda**

- Trabalho (salário, prolabore, honorários, etc.)
- Capital (aluguel, investimento, vendas, etc.)
- Combinação de ambos (empresarial)

**b) Proventos de qualquer natureza (aposentadoria, pensão, prêmios, etc.)**





# Imposto de Renda

**\* Critérios (CF/88, art. 153, §2º, I)**

- a) Generalidade**
- b) Universalidade**
- c) Progressividade**



# Imposto de Renda

**\* Exceção à “noventena”**



# Imposto de Renda

## **\* Transferência do Imposto de Renda:**

**a) 48%**

**- FPM (23,5%)**

**- FPE (21,5%)**

**- Fundos constitucionais do N, NE, CO (3%)**

**b) 100% do imposto de renda retido na fonte (IRRF) pelos Estados, DF, Municípios, suas autarquias e fundações**



## **Prova: VUNESP - 2013 - FUNDAÇÃO CASA - Analista Administrativo**

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), o fato gerador do Imposto de Renda é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica

- a) de renda produzida por trabalho empresarial.
- b) de renda produzida por trabalho individual.
- c) decorrente da venda de bens ou serviços.
- d) de renda e de proventos de qualquer natureza.
- e) decorrente do Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR).





## Prova: CESPE - 2013 - TC-DF – Procurador

O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é a disponibilidade financeira da renda.

\* Certo

\* Errado



## Prova: CESPE - 2008 - OAB-SP - Exame de Ordem - 2 - Primeira Fase

A CF determina que o imposto de renda será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei. É correto afirmar que o critério da generalidade

a) constitui técnica de incidência de alíquotas por meio da qual se procura variá-las em uma razão proporcional à base de cálculo.

b) determina que a totalidade da renda do sujeito passivo deve sujeitar-se à tributação, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos.

c) tem por finalidade implementar a isonomia na tributação da renda, onerando mais gravosamente os contribuintes que tenham maior capacidade contributiva.

d) impõe a sujeição de todos os indivíduos à tributação do imposto de renda, independentemente de quaisquer características do contribuinte.



## **Prova: FGV - 2009 - SEFAZ-RJ - Fiscal de Rendas - Prova 2**

O Imposto de Renda, conforme previsão constitucional (artigo 153, § 2º), deverá ser norteado pelos critérios da generalidade, universalidade e progressividade. Com fundamento nos aludidos critérios, analise as seguintes afirmativas:

- I. A tributação, pelo Imposto de Renda, da pessoa física e jurídica residente no Brasil poderá recair sobre fatos econômicos concretizados no exterior.
- II. Os não-residentes (pessoas físicas ou jurídicas) no Brasil são tributados pelo Imposto de Renda em bases universais (renda global).

III. A tributação de fatos econômicos originados em outro país somente será juridicamente viável se houver acordo de bitributação (Tratado Internacional Bilateral em Matéria de Imposto de Renda), pois seria ilegal a incidência de um tributo brasileiro sobre fato ocorrido em território estrangeiro, sob pena de violação de soberania deste país.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.







# Impostos sobre a propriedade

	Federal	Estadual e DF	Municipal e DF
Propriedade	ITR	IPVA	IPTU



# Impostos sobre a propriedade

\* Conceito de propriedade abrange a mera posse

“Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.” (CTN, Arts. 31 e 34)



# Impostos sobre a propriedade

**\* IPTU e IPVA são exceções à “noventena”, no que se refere à majoração da base de cálculo**





# IPVA

- \* Fato Gerador: propriedade de veículos automotores**
- \* Competência Estadual**
- \* 50% é destinado ao Município**



	<b>ITR</b>	<b>IPTU</b>
<b>Competência</b>	Federal	Municipal
<b>Zona do imóvel</b>	Rural	Urbana
<b>Tipo de imóvel</b>	Territorial	Territorial e predial
<b>Base de cálculo</b>	Valor da terra nua tributável	Valor venal
<b>Fiscalização e cobrança</b>	União, DF ou Município	Município
<b>Transferência</b>	50%, ou 100% ao Município	Não há transferência
<b>Alíquota</b>	Regressiva	Progressiva



# ITR Regressivo

- \* **Objetivo da regressividade: dissuadir o latifúndio improdutivo**

- \* **Crítérios para regressividade:**

- a) **Área total**

- b) **Grau de utilização**



# IPTU Progressivo

## \* Critérios para progressividade:

- a) Valor do imóvel (art. 156, §1º CF, EC 29/03)
- b) Localização (art. 156, §1º CF, EC 29/03)
- c) Finalidade (art. 156, §1º CF, EC 29/03)
- d) Utilização no tempo (art. 182, §4º CF)





# IPTU Progressivo

**\* STF Súmula nº 668:**

**“É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.”**



## \* Conflito de competência

### a) Zona urbana (CTN, art. 32, §1º):

- meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- abastecimento de água;
- sistema de esgotos sanitários;
- rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.



## **\* Conflito de competência**

**b) Áreas urbanizáveis ou de expansão urbana (CTN, art. 32, §2º):**

- Previsão legal
- Loteamentos aprovados pelos órgãos competentes



## **Prova: VUNESP - 2014 - DESENVOLVESP – Advogado**

A competência tributária para instituir imposto sobre a propriedade territorial rural pertence

- a) exclusivamente à União.
- b) privativamente aos municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.
- c) concorrentemente à União e aos municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.

- d) concorrentemente à União e ao Distrito Federal.
- e) residualmente aos Estados e ao Distrito Federal, caso optem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.





## **Prova: CESPE - 2014 - TJ-DF - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Remoção**

Com referência ao imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), assinale a opção correta.

- a) O ITR não incide sobre o imóvel declarado como de interesse social para fins de reforma agrária.
- b) Não há previsão constitucional para a progressividade do ITR.
- c) O enfiteuta não pode ser sujeito passivo do ITR
- d) Não há fato gerador do ITR em relação ao imóvel rural por acessão física.
- e) A base de cálculo do ITR corresponde ao valor da terra nua, incluindo os valores de mercado relativos a construções, instalações e benfeitorias.



## **Prova: EXATUS-PR - 2010 - Prefeitura de Arapongas - PR - Fiscal de Tributos**

**Sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, segundo o disposto no Código Tributário Nacional, assinale CORRETA:**

- a) Tem como fato gerador apenas a propriedade do imóvel.
- b) Tem como fato gerador apenas a propriedade ou a posse do imóvel por natureza, devidamente comprovada.
- c) A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.
- d) Contribuinte do imposto é apenas o proprietário do imóvel.





# Impostos sobre o consumo

	Federal	Estadual e DF	Municipal e DF
Consumo	IPI, IOF, II, IE	ICMS	ISS (ISSQN)





# Impostos sobre o Consumo

## \* Exceções a princípios:

a) Legalidade: IPI, IOF, II, IE (alíquota)

b) Anterioridade:

- IPI, IOF, II, IE

- ICMS (alíquota)

c) Noventena: IOF, II, IE



**\* Operações com produtos industrializados**



**\* Transferências:**

**a) 48% para o FPM (23,5%), FPE (21,5%), e Fundos das regiões N, NE e CO (3%)**

**b) 10% para o FE/FEX/FPEX**



## **Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça – Manhã**

Do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados 60% (sessenta por cento) constitui a receita da União e o restante deve ser distribuído à razão de 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

\* Certo

\* Errado





## **\* Operações Financeiras:**

- a) Crédito**
- b) Câmbio**
- c) Seguro**
- d) Títulos e valores mobiliários**
- e) Ouro-ativo financeiro (transferência de 70% ao Estado e 30% ao Município de origem)**



**\* Impostos eminentemente extrafiscais**



	<b>ICMS</b>	<b>ISS (ISSQN)</b>
<b>Competência</b>	Estadual	Municipal
<b>Natureza</b>	Includente	Excludente
<b>Transferência</b>	25% ao Município	Não há transferência
<b>Fato gerador</b>	Mercadorias e serviços (transporte e comunicação)	Serviços de qualquer natureza



# ICMS

**\* 25% do ICMS é transferido aos Municípios da seguinte forma**

**a)  $\frac{3}{4}$  de 25% de forma proporcional à arrecadação no Município**

**b)  $\frac{1}{4}$  de 25% conforme lei estadual**





## **\* Serviços tributados pelo ICMS**

### **a) Transporte**

- interestadual, e
- intermunicipal (exceção do transporte intermunicipal na mesma zona urbana)

### **b) Comunicação**



## **Prova: CESPE - 2013 - TC-DF – Procurador**

A CF assegura aos municípios 25% do ICMS arrecadado pelo estado onde eles se situem, tendo adotado, para fins de distribuição desse percentual entre os municípios, o critério da territorialidade do valor adicionado, ou seja, a cada município compete o valor adicionado produzido em seu próprio território, relativamente a três quartos do valor a ser distribuído.

\* Certo

\* Errado



## Prova: CESPE - 2010 - TRE-BA - Técnico Judiciário - Contabilidade

A regulamentação e a cobrança do imposto sobre produtos industrializados (IPI) são de competência dos governos estaduais.

\* Certo

\* Errado



## Prova: CESPE - 2013 - TC-DF - Procurador

Nas operações de câmbio, o fato gerador do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro (IOF) consiste na efetivação da operação — configurada pela entrega de moeda nacional ou estrangeira ou de documento que a represente — ou na colocação à disposição do interessado do montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional por ele entregue ou por ele posta à disposição.

\* Certo

\* Errado







# Impostos sobre a transmissão da propriedade

	Federal	Estadual e DF	Municipal e DF
Transmissão da propriedade		ITD (ITCMD)	ITIV (ITBI)



	ITD (ITCMD)	ITIV (ITBI)
<b>Competência</b>	Estadual	Municipal
<b>Natureza transmissão</b>	Não onerosa ('inter vivos' ou 'causa mortis')	Onerosa ('inter vivos')
<b>Objeto da transmissão</b>	Bens, direitos e valores	Bens imóveis e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia
<b>Momento da incidência</b>	Abertura da sucessão, ou formalização da doação	Registro Público



## **Prova: CESPE - 2008 - PGE-PI – Procurador**

Considerando que um indivíduo milionário tenha resolvido doar ações de empresas para uma fundação sem fins lucrativos, assinale a opção correta.

- a) Essa doação não será tributada, uma vez que a fundação é entidade isenta do pagamento do tributo de transmissão.
- b) A referida doação será objeto de tributação do imposto de propriedade, uma vez que o domínio útil é o fato gerador do imposto de transmissão na doação.

- c) Os direitos reais sobre móveis transmitidos, mesmo que onerosos, serão objeto de tributação na doação.
- d) Na doação de bens móveis, direitos, títulos e créditos, a qualquer título, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto de doação na data da tradição ou transcrição, ou na data do contrato.
- e) Considera-se doação qualquer ato ou fato, oneroso ou não, que importe transmissão de quaisquer bens ou direitos.





# Impostos extraordinários

	Federal	Estadual e DF	Municipal e DF
Extraordinários	IEG, IGF e Imposto Residual		



- \* Guerra externa ou sua iminência**
- \* Exceção à anterioridade e noventena**



**\* Grandes fortunas, mediante Lei Complementar**



# Imposto Residual

**\* Requisitos para criação:**

- a) Lei Complementar**
- b) Fato gerador e base de cálculo não previstos na CF/88**
- c) Não-cumulativo**
- d) Destinação de 20% a Estados e Municípios**





## **Prova: FCC - 2014 - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador**

Sobre repartição de receitas tributárias, analise os itens a seguir:

- I. Os Estados repartem com os Municípios o produto de sua arrecadação com o ICMS.
- II. A União reparte o produto de sua arrecadação com Imposto sobre a Renda Pessoa Física incidente na fonte com os Estados e Municípios.
- III. Os Municípios repartem o produto de sua arrecadação com Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com os Estados.

IV. O ente federado que institui empréstimo compulsório tem que repartir 25% do produto da arrecadação com os demais entes, em partes iguais.

V. A União reparte com os Estados e Distrito Federal o produto de sua arrecadação com imposto residual.

Está correto o que consta APENAS em;

- a) I e V
- b) II e IV.
- c) III e V.
- d) I, II e IV.
- e) III, IV e V.



## **Prova: VUNESP - 2012 - SPTrans - Advogado Pleno – Tributário**

Respeitado o princípio da legalidade, a Constituição autoriza que a União venha a instituir impostos, não previstos expressamente em sua competência impositiva, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados pela Constituição. Supondo que, hipoteticamente, no exercício dessa competência residual e obedecidas as condições determinadas pela Constituição Federal, a União venha efetivamente a instituir um novo imposto. Do produto dessa arrecadação, pertencerá aos Estados e ao Distrito Federal o percentual de

- a) 20%.
- b) 22,5%.
- c) 25%.
- d) 27,5%.
- e) 50%.



